

A “mãe-União” e os Estados

O governo norte-americano está semiparalisado porque a Casa Branca e o Congresso não entram em acordo em torno da redução do déficit público em sete anos. A França — modelo para nossos sindicalistas meio perdidos no meio-dia da revolução pós-industrial — parou porque o governo quis reduzir o déficit público em dois anos. Alguém ouviu falar de algo parecido no Brasil, isto é, de esforço sério e conseqüente para reduzir o déficit público, que não é apenas da União (como ordinariamente se supõe), mas especialmente de Estados e municípios? Dificilmente se ouvirá falar de coisa parecida. Ouve-se falar, e muito — mas quase um cacarejar —, em reduzir a dívida dos Estados, seja a dívida mobiliária, seja a que têm com os diferentes órgãos do governo federal. Legalmente, essa última parte é amortizada com uma porcentagem da receita líquida dos Estados, cujos governadores, agora, lutam para diminuir a importância que devem pagar. A outra, a mobiliária, essa vem sendo rodada como seixo nas águas caudalosas de um rio. De janeiro de 94 a novembro de 95, ela passou de R\$ 15,288 bilhões para R\$ 33,159 bilhões — e nesse período rolaram-se 100% do principal e 100% dos juros. O governo federal mostrou alguma preocupação com o fato — tanta que as negociações com os principais devedores (São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro) foram interrompidas em novembro e

serão reiniciadas por estes dias...

Quando dizemos que ninguém se preocupou, exageramos. Alguns governadores ficaram até meio assustados: é que assumiram os governos em situação tão delicada, péssima mesmo, que não conseguiram colocar na praça títulos estaduais. Resultado: não conseguindo rolar as dívidas, não tiveram dinheiro para pagar credores nem funcionalismo. Um governador imprimiu bônus, que o banco estadual oficial não aceitava por seu valor de face; outro, cansado das delícias turísticas de seu Estado, refugiou-se em Brasília, só voltando dali com algum dinheiro para pagar o funcionalismo.

A *mãe-União*, vendo o desencanto dos governadores com a situação que a demagogia eleitoral criou, comoveu-se com a situação. Depois que os governadores se reuniram com o presidente Fernando Henrique Cardoso, concordando em que a aprovação das reformas é essencial para o Brasil (algumas nem foram votadas depois disso e a regulamentação das já aprovadas ou não se discute no Congresso ou não sai do Planalto), decidiu-se acudir os mais necessitados: a União dispendeu até agora R\$ 196 milhões com quatro Estados e autorizou a Caixa Econômica Federal (banco privado não empresta mais a governo estadual!)



a fazer operações de Antecipação de Receitas Orçamentárias com mais sete. Depois, parou — afinal, teve de aumentar seu descoberto em R\$ 196 milhões sem nenhum tipo de garantia *real*, como se diz em Direito. Agora, é recomençar.

As negociações empacaram num ponto, ao que parece: o governo da União quer que os dos Estados (todos terão tratamento igual, pois a Federação — e os votos no Senado — não admite tratamento diferenciado entre

iguais) façam um sacrifício. A União está disposta a trocar títulos estaduais, que ninguém aceita, por títulos federais, que o sistema bancário parece ver com simpatia, dada a taxa de juro e a certeza de que a dívida federal será rodada em dia. Em outras palavras, a União dispõe-se a inundar o mercado com mais R\$ 33 bilhões, mas quer alguma garantia em troca, isto é, quer ter pelo menos a certeza verbal de que os governos estaduais pagarão uma parte do principal mês a mês, dando mesmo garantias de fato reais. Os Estados estão de tal maneira desacreditados que alto funcionário da Fazenda comentava outro dia, de acordo com relato da imprensa: “Não vamos emitir um título bom para ficar com um crédito que eles [os Estados]

não estão acostumados a pagar”.

Não estão acostumados há algum tempo. Houve momento em que até invocaram o precedente da União “caloteira” para dar seu “calote”: houve governador que, à época da moratória do presidente Sarney, reclamou para pagar as dívidas de seu Estado o mesmo direito que a União invocava nas suas relações com os credores estrangeiros. Aí começou a saga: o mau exemplo do governo federal fez que a

O governo federal socorrerá os estaduais, mas quer que paguem ao menos parte do principal

União não tivesse como cobrar a dívida dos Estados (foi difícil ao ministro Fernando Henrique Cardoso renegociá-la em termos brandos), e não se pôde impedir a emissão de títulos da dívida estadual até que o

mercado dissesse “basta!”. Agora, a União vai ajudar os Estados, pedindo-lhes em troca que assumam o compromisso de cumprir a lei (maravilhoso país!) que manda reduzir despesas com funcionalismo, além de oferecer outras garantias, possivelmente privatizações que dependem das Assembléias em ano de eleições municipais. Será uma partida bonita de se ver. Talvez ao fim dela o País se preocupe com a redução do déficit público e faça alguma coisa para chegar lá.